

## Mais fácil “passar um camelo pelo fundo de uma agulha” que aprovar reforma do setor elétrico<sup>(1)</sup>

Ângela Oliveira

Até o dia 31 de agosto, foram apresentados à Câmara e ao Senado 4.462 projetos de lei neste ano. Desses, mais de 1.300 possuem o termo “Covid-19” em seu conteúdo, evidenciando o importante papel do Legislativo na discussão de temas estratégicos para o país. Para além do desafio de elaborar e revisar o conjunto de leis que regem a vida das pessoas, conciliar posições divergentes é uma árdua tarefa parlamentar para garantir a tramitação das matérias, o que demanda grande esforço dos deputados e senadores. Ainda que os projetos sejam estratégicos para a retomada do crescimento econômico, em especial no cenário atual de pandemia, a dificuldade permanece. Afinal, política se faz a favor de uma ideia que melhore a vida das pessoas e não simplesmente para combater adversários ou para postergar decisões.

É o caso dos projetos relacionados ao setor de energia. Esse insumo permeia todos os setores produtivos e dispor de energia barata pode impactar positivamente na retomada dos mais de 10 milhões de empregos perdidos durante a pandemia. Diante disso, seria natural que o Congresso priorizasse a deliberação de matérias do setor, a exemplo do que aconteceu no último mês com a aprovação do PL 3975/2019, que encaminhou solução para o impasse sobre o GSF. Vale destacar que a solução para o risco hidrológico começou a tramitar em 2018 por emenda ao PLS 209/2015, sendo aprovada apenas dois anos depois, e sobre a qual, aparentemente, não havia divergências.

Há quatro anos tramita o PLS 232, que cria a portabilidade da conta de luz e promove uma ampla reforma no modelo setorial. Apenas em 2019, foram realizadas quatro audiências públicas na Comissão de Serviços de Infraestrutura com a participação das associações do setor. Em 2020, graças ao trabalho do senador Marcos Rogério (DEM-RO), foi possível aprovar o consenso setorial mínimo na forma de um substitutivo do relator na Comissão, em reunião histórica que contou com a presença do ministro Bento Albuquerque e toda diretoria da Aneel, liderada por André Pepitone. Entretanto, no setor energético, os insatisfeitos, irrisignados pela perda de monopólios e reservas de mercado, continuam a fomentar discussões intermináveis e, por meio de um recurso interposto ao Plenário da Casa, a matéria aguarda deliberação há seis meses.

Importa lembrar que quatro anos atrás, o Ministério de Minas e Energia também promoveu ampla discussão sobre a reforma do setor, por meio da Consulta Pública 33, que mobilizou os agentes setoriais e a sociedade, recebendo mais de duas mil contribuições. A matéria foi amplamente debatida na Câmara em 2018 por meio de Comissão Especial liderada pelos deputados João Fernando Coutinho e Fábio Garcia, mas prevaleceu a obstrução da matéria pela ala insatisfeita do setor que se valeu da competente atuação de parte dos componentes da Comissão. Novamente o consumidor viu frustradas suas expectativas quanto à portabilidade da conta de luz e de maior competição no setor pela abertura do mercado.

Ainda que quatro em cada cinco brasileiros queiram escolher o seu fornecedor de energia e 84% dos cidadãos considerem o preço caro ou muito caro, conforme aponta a 7ª edição da pesquisa Ibope, a tramitação da matéria que beneficia o consumidor

segue embargada por grupos do setor energético acostumados ao conforto do repasse de custos ao consumidor e às vantagens que o monopólio proporciona. Não é à toa que quando os brasileiros são questionados sobre o motivo do alto custo da energia, argumentam que a falta de concorrência é uma das principais razões.

Outra importante iniciativa tramita na Câmara: o Código Brasileiro de Energia Elétrica. Em agosto do ano passado, foi instalada a Comissão Especial para análise do projeto que se propõe a consolidar a difusa legislação do setor, garantindo clareza e transparência aos agentes. Essa louvável iniciativa está sendo liderada pelo Deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), relator da proposta, em conjunto com o Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), presidente da Comissão, e os Deputados Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Luís Miranda (DEM-DF) e Joaquim Passarinho (PSB-PA), vice-presidentes da Comissão. Consolidando dispositivos que hoje estão dispostos em mais de 30 leis diferentes, o Código, além de necessário, é benéfico não só para os agentes, mas para todos os brasileiros.

Entretanto, a versão apresentada pelo relator não se ateu à consolidação das leis setoriais e inovou ao incorporar outros dispositivos do PLS 232, citado anteriormente, mas excluiu o principal: o direito de escolha do consumidor ou portabilidade da conta de luz. Com isso a matéria ficou extremamente polêmica, o que dificulta sua tramitação, perdendo o setor a oportunidade de ter um Código de Energia no curto prazo que seria extremamente útil ao regulador, ao investidor e ao consumidor de eletricidade. A oportunidade de consolidar uma legislação difusa poderá ir por água abaixo se velhas discussões voltarem a novas matérias ainda não consensadas.

Como consumidora de energia, também gostaria de ter a liberdade de escolher meu fornecedor de energia. Como agente setorial, gostaria de clareza e transparência na legislação setorial, encontrando-a consolidada em um Código de Energia. Como a primeira ainda é um sonho distante, a esperança reside na consolidação da legislação, sem inovações regulatórias, para que interesses particulares não sejam empecilho para o benefício coletivo. Apesar do esforço do Congresso Nacional, falta pragmatismo aos membros do setor elétrico para quem é mais fácil “passar um camelo pelo fundo de uma agulha” que aprovar a reforma do mercado elétrico, que é sucessivamente adiada há quase uma década por infundáveis discussões.

(1) Artigo publicado na Agência CanalEnergia. Disponível em:

<https://www.canalenergia.com.br/artigos/53146132/mais-facil-passar-um-camelo-pelo-fundo-de-uma-agulha-que-aprovar-reforma-do-setor-eletrico>. Acesso em 08 de setembro de 2020.